



Carta Aberta da ABRUEM à Sociedade Brasileira

Sobre as eleições de 2026, a democracia e o papel das universidades estaduais e municipais no desenvolvimento do país

Às vésperas das eleições gerais de 2026, a Associação Brasileira das Reitoras e Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem) dirige-se à sociedade brasileira para reafirmar princípios que orientam a atuação de nossas 46 instituições e que consideramos fundamentais para o futuro do país.

Não se trata, aqui, de apresentar reivindicações corporativas nem de endereçar demandas pontuais. Trata-se de afirmar, publicamente, o que está em jogo quando se debate o lugar da educação superior pública no projeto de nação que queremos construir. As eleições são um momento privilegiado para esse debate e a Abruem comparece a ele com a autoridade de quem representa instituições presentes em todas as regiões do Brasil, muitas delas nos municípios mais distantes dos grandes centros.

A democracia é o fundamento de tudo o que defendemos

A democracia brasileira foi construída por gerações de brasileiras e brasileiros. Ela não é um dado natural, mas uma conquista histórica que precisa ser permanentemente protegida e aprofundada. Isso pressupõe respeito à Constituição, às instituições democráticas, à soberania do voto popular e ao resultado das urnas. Pressupõe também liberdade de pensamento, expressão e produção do conhecimento, respeito aos direitos humanos, enfrentamento a todas as formas de discriminação e compromisso permanente com a ampliação da cidadania.

Não há espaço, em um projeto democrático de país, para o autoritarismo, para ataques às instituições, para a intolerância política ou para tentativas de desacreditar, sem evidências, o processo eleitoral. A democracia é e deve sempre ser inegociável.

Para as universidades estaduais e municipais, essa afirmação não é abstrata. A autonomia universitária, consagrada no art. 207 da Constituição Federal, nasceu do processo de redemocratização do país e constitui, antes de tudo, uma garantia contra a interferência política na produção do conhecimento. Não há autonomia plena sem democracia; não há democracia substantiva sem universidades autônomas, críticas e socialmente referenciadas.

É por isso que defendemos a autonomia plena de nossas instituições, incluindo a autonomia financeira e a reformulação dos processos de escolha de seus gestores. A eliminação da lista tríplice na escolha de reitoras e reitores é condição para fortalecer a democracia institucional e garantir que a vontade da comunidade universitária seja respeitada. Uma universidade que não governa a si mesma dificilmente poderá contribuir, com plenitude, para a democracia do país.

Um Sistema Nacional de Educação que não exclua ninguém

O Brasil possui um sistema de educação superior público diverso e capilarizado. Ele é composto por universidades federais, por universidades estaduais e municipais e pela rede federal de educação profissional e tecnológica. Cada um desses segmentos tem identidade própria e contribuições insubstituíveis para o país.

As universidades estaduais e municipais respondem por 43% das matrículas do ensino superior público e estão presentes em 80% dos municípios brasileiros. São, portanto, parte estruturante do sistema. No entanto, seguem com acesso restrito a recursos vinculados do Orçamento da União. Essa assimetria não é apenas uma injustiça institucional: é uma perda para o país.

Defendemos que o novo Plano Nacional de Educação corrija essa distorção histórica, assegurando recursos e financiamentos regulares da União para as universidades estaduais e municipais, sem prejuízo de sua vinculação constitucional aos entes federados. Defendemos que essas instituições sejam reconhecidas, formalmente, como partícipes indispensáveis do Sistema Nacional de Educação. E defendemos a criação de um Fundo de Equidade, que considere critérios como o Índice de Desenvolvimento Humano da região onde a universidade está localizada e o número de estudantes de baixa renda matriculados, para promover uma distribuição mais justa de recursos entre as instituições federais, estaduais e municipais.

Um sistema nacional que exclui parte de suas instituições não é nacional. É incompleto. E um país que não reconhece o valor de suas universidades interioranas não conhece a extensão de seu próprio território.

A capilaridade como ativo estratégico do desenvolvimento nacional

As universidades estaduais e municipais estão onde o Brasil vive. Estão nos pequenos municípios, nas regiões remotas, nas áreas de fronteira agrícola, nos territórios que a ciência e a inovação raramente alcançam quando dependem apenas de iniciativas concentradas nos grandes centros.

Essa capilaridade não é um detalhe administrativo. É um ativo estratégico do Estado brasileiro. São essas instituições que formam professora(e)s, médica(o)s, engenheira(o)s, agrônoma(o)s, assistentes sociais e cientistas nas próprias regiões onde eles atuarão. São elas que produzem conhecimento sobre a realidade local, sobre os biomas, os sistemas produtivos, as culturas, as vulnerabilidades e as potencialidades de cada território. São elas que conectam o conhecimento acadêmico às demandas concretas das comunidades.

Em um país de dimensões continentais e desigualdades regionais profundas, um projeto de desenvolvimento que não mobilize essa capilaridade está condenado à superficialidade. A produção científica e tecnológica precisa chegar aos lugares mais internos do Brasil, e as universidades estaduais e municipais são o instrumento mais eficaz para isso.

Defendemos, por isso, que o desenvolvimento regional seja tratado como política de Estado, e que as universidades estaduais e municipais sejam reconhecidas como infraestrutura estratégica para sua execução. Defendemos a articulação entre pesquisa aplicada, extensão comunitária e inovação tecnológica, orientada pelas demandas locais. E defendemos o fortalecimento das relações entre o conhecimento acadêmico e os setores produtivos de cada região.

Acesso, permanência e inclusão como compromissos indissociáveis

A educação superior pública só cumpre sua função social quando é acessível e quando oferece condições para que os estudantes permaneçam e concluam seus percursos formativos. A assistência estudantil não é um complemento: é parte integrante do direito à educação.

Defendemos o fortalecimento e a expansão das políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil. Defendemos a garantia de segurança alimentar, a ampliação de bolsas e auxílios, e o suporte eficaz em transporte e moradia estudantil. Defendemos a transformação do Programa Nacional de Assistência Estudantil em lei, garantindo a institucionalização dessa política. E defendemos a implantação de um Programa de Acessibilidade Universal nas instalações físicas das universidades, em parceria com o Governo, nos moldes do Programa Incluir, para que estudantes e servidores com deficiências físicas e mobilidade limitada possam participar plenamente da vida acadêmica.

Uma sociedade que não garante condições dignas de permanência a seus estudantes está desperdiçando talentos e reproduzindo desigualdades. Não podemos nos permitir esse desperdício.

A emergência climática e o papel insubstituível das universidades interioranas

Os eventos climáticos extremos que têm afetado dramaticamente todas as regiões do Brasil não são uma ameaça distante. São uma realidade presente, que exige respostas imediatas e estruturantes. As universidades estaduais e municipais, por sua presença capilar no território, são agentes essenciais para a construção da resiliência.

Defendemos que a reconstrução das áreas atingidas e a preparação para futuros eventos sejam orientadas pelo conhecimento técnico-científico produzido dentro de nossos campi, articulando pesquisa aplicada, extensão comunitária e inovação tecnológica.

Não há como enfrentar a emergência climática sem ciência. E não há como produzir ciência relevante sobre o território sem as instituições que estão presentes nele.

A defesa da educação pública é uma escolha civilizatória

A construção de um Brasil mais justo, desenvolvido, inovador e socialmente inclusivo passa, necessariamente, pelo fortalecimento da educação pública, da ciência e das instituições comprometidas com o desenvolvimento humano e regional. Não há atalhos para isso.

A Abruem reafirma seu compromisso com a sociedade brasileira e sua disposição permanente para contribuir com o debate público, cooperar institucionalmente com diferentes atores sociais e seguir construindo caminhos voltados ao desenvolvimento sustentável do país. Reafirmamos, igualmente, nossa convicção de que a educação é um direito, e não uma mercadoria; de que a ciência é uma política de Estado, e não um gasto circunstancial; e de que a democracia é o solo comum em que todas essas conquistas se enraízam.

Convidamos a sociedade brasileira, e, em especial, a comunidade universitária, a participar ativamente deste momento da vida democrática do país, contribuindo para um debate público comprometido com o presente e o futuro do Brasil.

As eleições são uma oportunidade para reafirmarmos a importância da educação pública, da ciência, da inclusão, da soberania nacional e do desenvolvimento sustentável na construção do país que queremos para as próximas gerações.

Brasília, 28 de setembro de 2026.